

Oração nitidamente comunista: anticomunismo em Rio Grande na década de 1950

tiago de Moraes Kieffer

tiagodekieffer@gmail.com

Universidade Lasalle, Canoas, RS

Resumo: Esse artigo tem como objetivo compreender o discurso anticomunista em Rio Grande na década de 1950, tendo como fontes de consulta, documentos do Fundo de Seção de Ordem Política e Social, sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Especificamente, busca-se destacar a ação da polícia em relação ao movimento operário riograndino e, a partir de dois elementos da análise do discurso, a saber, condições de produção e interdiscurso, realizar um exercício para a compreensão da cultura política dos anticomunistas.

Palavras-chave: Anticomunismo; SOPS; Rio Grande.

Abstract: This article aims to understand the discourse anticomunist in Rio Grande in the 1950s, having as reference sources, background documents of Seção de Ordem Política e Social, in the custody of the Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Specifically, it seeks to highlight the police's action in relation to the movements of Rio Grande's workers from two elements of discourse analysis, namely, production condition and intercourse, perform the exercise to understanding the anti-communist's political culture.

Keywords: Anti-communism; SOPS; Rio Grande.

INTRODUÇÃO

A partir do Decreto-Lei 7.586 de 28 de maio de 1945, o Partido Comunista do Brasil (PCB) retornava à legalidade. Nesse sentido, com o intuito de atrair mais adeptos que pudessem dar força às ideias do partido no período democrático que se abria, o PCB concentrou as suas atividades na organização e formação de uma massa de simpatizantes (CASTELANO, 2005). Em âmbito nacional, até dezembro de 1945 o partido havia conseguido o total de 82.000 membros, sendo o primeiro partido, naquele contexto, em se preocupar com os trabalhadores do campo, mesmo que se utilizando dos métodos e técnicas dedicados anteriormente ao meio urbano (CASTELANO, 2005). Dois anos depois, somado a diversos fatores de ordem nacional e internacional, o PCB cairia de novo em algo que havia, até aquele momento, sido comum em sua trajetória, isto é, a ilegalidade. Os três anos que faltavam para a década de 1950, foram marcados por um caminho em direção à uma perspectiva teórica que visava, de maneira radical e revolucionária, “uma frente única que uniria todas as classes” (CASTELANO, 2005).

A radicalização fortaleceu a aproximação, mesmo que na ilegalidade, dos partidários comunistas com os trabalhadores. Tomando como perspectiva de análise o município de Rio Grande,

cidade portuária do Rio Grande do Sul com forte concentração operária e sindical e perceptível atuação do PCB, percebe-se um movimento contrário à essa aproximação, isto é, o anticomunismo. Nessa cidade, baseando-se no trabalho de San Segundo (2009), ocorreu, tal como ocorria naquele momento em outras cidades e estados, uma polarização das relações de trabalho, gerando assim diversos conflitos. Na década de 1950, houve um recrudescimento de embates, com a presença de forças policiais e a perda de algumas vidas.

O objetivo desse trabalho, mesmo que de maneira breve, é buscar compreender o discurso anticomunista utilizado pela Seção de Ordem Política e Social (SOPS) no tratamento relacionado à intervenção policial sobre o movimento dos trabalhadores. Nosso objetivo não é o de buscar compreender se houve um discurso anticomunista, haja vista que a historiografia sobre o tema, sobretudo a dissertação de San Segundo (2009), já se debruçaram sobre o fenômeno e o conflito com os policiais. Nossa proposta está focada diretamente na atuação dos membros desse órgão de polícia. As fontes de pesquisa para tal, estão sob a guarda do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) no Fundo da Seção de Ordem Política e Social no Acervo da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Nessa documentação, além dos documentos da seção propriamente dita, estão inclusos recortes de jornais, relatórios de polícia e, constituindo a maioria, documentação administrativa. Metodologicamente, utilizaremos os pressupostos de uma área vizinha à história, isto é, a linguística. Pensaremos as falas e interrogatórios presentes na documentação a partir das *condições de discurso e interdiscurso* desenvolvidas por Eni Orlandi (2005) em referência ao método da Análise de Discurso.

DE QUE FENÔMENO ESTAMOS FALANDO? UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O ANTICOMUNISMO NO BRASIL

O conflito entre comunistas e anticomunistas, materializando-se em confrontos diretos, em embates nas diferentes mídias e espaços, assim como interferindo no modo em que os países se relacionavam, foi uma constante no limiar do século XX (MOTTA, 2000). O comunismo, conforme Motta (2000, p.4), em sua forma mais comumente representada, trata-se do “projeto sintetizado das ideias marxistas e leninistas”. Já o anticomunista, resumidamente, pode ser descrito como o indivíduo ou o grupo que luta contra o comunismo, utilizando-se da palavra ou da ação (MOTTA, 2000). Segundo Rodeghero (2003), a manifestação do anticomunismo na história se deu em diferentes realidades, ora estimulado por setores liberais ou conservadores, ora estimulado pela Igreja ou pelo próprio Estado.

O anticomunismo surge na história paralelamente às ideias comunistas iniciadas em Marx e na sua maior materialização durante o século XX, isto é, a Revolução Soviética de 1917. O espectro que rondava a Europa, tal como descrito no Manifesto Comunista de Marx e Engels em 1848, e seu opositor, o anticomunismo, tiveram seus ápices durante a formação da União Soviética, passando a Primeira e Segunda Grande Guerra – mesmo que nesse período houvesse uma união contra o nazifascismo - e se estruturando como projeto de governo das duas maiores potências da época, Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) durante a Guerra Fria. No contexto brasileiro, em 1922, na liderança de Astrojildo Pereira, foi formado como sede brasileira da III Internacional Comunista (1919), o PCB. O partido, desde então, seria marcado pela constante desestabilidade de ação no meio legal. As pesquisas mostram que de 1922 a 1985, apenas três anos e meio o PCB esteve na legalidade (CANALE, 1986, apud BRANDÃO, 1997). Entretanto, foi com a Intentona Comunista de 1935 que no Brasil essas ideias anticomunistas foram melhor disseminadas. Motta (2000, p. 105) defende que

O comunismo deixava de ser uma abstração e adquiria perfil definido, concreto e próximo da realidade brasileira; o anticomunismo passava a ter um apelo forte, sensibilizando setores significativos da sociedade que até então não davam ouvidos as advertências sobre o “perigo vermelho”.

Naquele momento, com a política se encaminhando para o Estado Novo, o governo Vargas também foi contra à anticomunista, antiliberal e antisemita, Ação Integralista Brasileira (AIB), grupo declaradamente fascista da década de 1930 (FAUSTO, 1995). A AIB e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) liderada por Luís Carlos Prestes, foram colocadas na ilegalidade em 1935, haja vista que ambos se colocavam como opositores ao regime varguista. Nesse mesmo momento foram criados os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) como órgãos de controle da ação dos setores progressistas e comunistas.

A partir da 1945, o PCB voltaria à vida democrática e nela ficaria até 1947. O PCB elegeu para a constituinte de 1946 o total de 4,7 % dos deputados federais e senadores, ficando atrás do Partido Social Democrático (PSD), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e da União Democrática Nacional (UDN). No entanto, apesar dos resultados eleitorais, seja no âmbito nacional ou regionais, em 1947 o PCB é acusado de duplo estatuto e de referências do apoio de Luís Carlos Prestes ao socialismo internacional, fazendo com que o partido entrasse na ilegalidade nesse ano e no ano seguinte os mandatos conquistados democraticamente fossem cassados (BROTTO, 2011).

Nesse cenário, além do anticomunismo aos comunistas propriamente ditos, havia aquele utilizado como estratégia eleitoral contra o PTB, por exemplo. Por outro lado, o trabalhismo também se utilizava dessa estratégia para se diferenciar de partidos ou ideias como destacado por Leonel de Moura Brizola na campanha para o Executivo do Rio Grande do Sul em 1948:

[...] o trabalhismo é nacionalista, o comunismo é internacional; o comunismo é materialista, o trabalhismo se inspira na doutrina social cristã; o comunismo é a abolição da propriedade, o trabalhismo defende a propriedade dentro de um fim social; o comunismo escraviza o homem ao Estado e prescreve o regime de garantia de trabalho, o trabalhismo é a dignificação do trabalho e não tolera a exploração do homem pelo Estado nem do homem pelo homem; o comunismo educa para formar uma sociedade de formigas, o trabalhismo educa para o progresso, para a liberdade, para a elevação da pessoa humana (BRAGA et al 2004, p. 50).

Além dos partidos opositores, a Igreja Católica exercia grande influência, associando o comunismo ao demônio e o acusando de ser uma política que não prezava pelo moral e pelos princípios cristão e democráticos (RODEGHERO, 2003). Mesmo com todas essas instituições contra o comunismo, os comunistas continuaram suas ações como políticos em outros partidos ou como líderes de sindicatos, sempre presentes em movimentos de reivindicação.

UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE SOBRE O DISCURSO ANTICOMUNISTA EM RIO GRANDE

A cidade de Rio Grande no Rio Grande do Sul, além dos sindicatos fortemente representados por esses homens comunistas, a Sociedade União Operária (SUO) trabalhava no sentido da conscientização e da melhoria da condição de vida dos trabalhadores locais. As fileiras dessa instituição, como nos mostra San Segundo (2009) eram formadas, mesmo que não completamente, também por comunistas. O município de Rio Grande é um exemplo privilegiado no que se refere à análise dessa aproximação do PCB e da prática anticomunista exercida pelo Estado. Entre 1945 e 1964, os trabalhadores riograndinos, sindicalizados ou

comunistas, organizaram-se em diversos eventos e greves. Por vezes, o PTB local ajudava, mas na maioria das vezes reproduzia o discurso anticomunista, inclusive nas publicações dos jornais locais, sendo contra as manifestações dos trabalhadores (SAN SEGUNDO, 2009).

A SOPS aparece então como um local de reprodução do discurso anticomunista. Na pesquisa no AHRS, a maneira que encontramos para catalogar essas fontes foi criando um banco de dados com os nomes que iam aparecendo nas documentações, as expressões mais comuns, se era vítima do anticomunismo ou um reprodutor. Com isso, sintetizamos esses dados na narrativa, cruzando com bibliografia e tentando compreendê-los à luz da análise de discurso. A linguista Eni P. Orlandi foi uma das precursoras desse método no Brasil. Para ela, a análise do discurso procura “compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2005, p.15).

Há, no entanto, uma diferença entre o campo da linguística e o campo do discurso. O segundo grupo tem como foco a língua fechada. O discurso, por sua vez, tende a partir da concepção que ele não existe fora da história em que o faz significante. (ORLANDI, 2005). A interpretação a partir da utilização desse método, não busca o sentido verdadeiro, “mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica” (ORLANDI, 2005, p.59). O discurso anticomunista presente na documentação, não é algo que está fora de seu tempo e para isso se faz necessário compreender o momento histórico do município de Rio Grande naquele momento.

Orlandi (2005) propõe algumas categorias para a análise do discurso: as condições de discurso, o interdiscurso, a paráfrase, a polissemia, as relações de força, as relações de sentido, as antecipações, as formações imaginárias, as formações discursivas, a ideologia e o sujeito. Para esse estudo, optamos por utilizar as duas primeiras perspectivas, pois concordamos com Orlandi (2005) quando diz que a construção do dispositivo analítico é responsabilidade do pesquisador que irá utilizar os conceitos a partir de suas necessidades e de acordo com as perguntas formuladas no projeto original. As condições de discurso são compreendidas pelo sujeito e pela situação, isto é, o lugar e o tempo em que o diálogo ou discurso entre emissor e receptor acontece. Está constituído de um lado por um sentido próprio em referência ao contexto imediato e um sentido amplo, no que diz respeito ao contexto sociohistórico e ideológico. O interdiscurso, por sua vez, “é o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra (ORLANDI, 2005, p.31). A memória discursiva faz parte desse tipo de análise, isto é, aquilo que determina a relevância cultural do que se está discursando, mesmo que a sua historicidade esteja esquecida.

Facilmente essas categorias podem ser discutidas com o conceito de Cultura Política. Conforme Serge Bernstein (2009), a definição dada pelos historiadores ao conceito, refere-se a um conjunto de representações que trazem consigo normas e valores. Essas características vão além da noção de partido, mas incluem a categoria da ideologia. A primeira característica dela é o “substrato filosófico”, isto é, o costume que determinados indivíduos tem de transformar certas realidades corriqueiras em projetos para a sociedade. Os marxistas, por exemplo, naturalizam a luta de classes da mesma maneira que os liberais fazem com a livre iniciativa. As referências históricas seletivas servem para a justificativa de um projeto, utilizando-se de personagens ou eventos históricos semelhantes para comprovarem verdades e ideias, as vezes diferentes (BERSTEIN, 2009).

A década de 1950 em Rio Grande, constituindo o contexto imediato, foi marcada por um início conturbado, pois na comemoração do dia do trabalho houve conflitos entre trabalhadores e a polícia. Esse

evento ficou conhecido na memória do município e nas publicações dos jornais da época como o Massacre da Linha do Parque. Na ocasião, a realização de um churrasco organizado pelo movimento operário na Linha do Parque, seguido de uma caminhada coletiva em direção a SUO – unindo o dia do trabalho ao aniversário da instituição – ocasionou um confronto com a polícia, em face da ordem do DOPS para que os trabalhadores se dispersassem. Após o ato, houve tiroteios por parte da polícia, haja vista que os manifestantes não estavam se dispersando. A confusão era embalada pelos gritos de Antônio Réchia para a abertura da SUO, naquele momento fechada. Segundo o relato dos trabalhadores, a reunião operária ocorria pacificamente, mas

O que se viu foi exatamente uma tentativa de fazer o oposto por parte dos policiais, que descarregar seus revólveres, segundo os seus próprios depoimentos. Outro fato inegável é que os militantes atingidos foram exatamente alguns dos principais líderes operários e comunistas da cidade, exceto um do qual não se tem provas de ser comunista (SAN SEGUNDO, 2009, p.138).

Dado o contexto imediato, temos que analisar o contexto amplo, permeado por ideologias e discursos. No contexto desses acontecimentos, com a volta do PCB à ativa, os embates haviam adquirido novas modelagens: o anticomunismo não era só uma prática dedicada aos grupos identificados como comunistas, mas também aos trabalhadores que faziam parte do movimento operário. Como ilustração, o quadro abaixo contém alguns exemplos de indivíduos atuantes no PCB no período legal, mas que foram incluídos nos movimentos operários pós 1947.

Quadro 1. Comunistas citados nos relatórios da Seção¹.

Nomes	Descrição
Aldovar Mattos	Citado como membro do PCB e líder sindical nas Greves de 1949
Antônio Rechia	Citado como membro do extinto PCB desde 1934 e como líder sindical nas Greves de 1949
Dr. Vespasiano Corrêa	Citado como membro do extinto PCB desde 1934 e líder sindical nas Greves de 1949
Sérgio Soares de Paiva	Citado como membro do extinto PCB e participante das Greves de 1949

Fonte: elaborado pelo autor, 2016

As greves de 1949 foram realizadas em Rio Grande contra a entrada de navios que vinham do exterior e ancoravam no porto local. Nota-se nessas fontes que havia uma necessidade por parte dos policiais de lembrar a posição dos participantes na greve e no movimento operário. O questionamento ao indiciado era uma atividade típica da polícia e das SOPS, pois o contexto estava permeado por um real medo à possibilidade da mudança efetiva da realidade da ordem vigente (MOTTA, 2000). Como meio legal, os atestados de Ideologia Política funcionavam exatamente como um documento que controlava pela via do Estado as atitudes políticas do indivíduo. Uma das prerrogativas do documento, herança do Estado Novo, era que “não poderiam ser eleitos indivíduos que professassem ideologias diferentes daquelas indicadas pelo Estado e pela Nação”². Ladislau Vargas da Silveira foi alvo desse tipo de denúncia quando foi vinculado pela

¹ SOPS RG – 1.2.383.4.2.

² Processo nº 959.675 – 1950 – Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

SOPS como membro do PCB e compartilhador das ideias do Partido Comunista Chinês, em ascensão desde 1949³.

O clima de 1950 não era inédito no município de Rio Grande, pois sua população ainda estava marcada negativamente pela experiência de 1949, onde

Vários manifestantes foram presos pela polícia em decorrência da greve. Não se sabe ao certo quais e nem o total de pessoas, mas os processados oficialmente pela greve foram Euclides Pinto, Aldovar Mattos, António Réchia, João Aquino, Alexandre Doral Reis, Manuel Réchia e Palmor Martins (SAN SEGUNDO, 2009, p.90).

O confronto de 1º de maio de 1950 terminou em descarregamento de tiros contra os principais líderes operários e comunistas da cidade. Não muito distante dessa realidade, foram as greves ocorridas dois anos depois contra o aumento da carestia do custo de vida. Nesse momento, o discurso anticomunista era modificado: agora a regra era evitar o que havia ocorrido nas duas experiências anteriores. Quando Aracy Carvalho dos Santos responde em nome de seu filho menor de idade ao Departamento de Polícia Civil sobre os acontecimentos de julho e agosto de 1952, ela é clara em explicitar a ação da polícia ante à greve. Esse documento também mostra que a população em geral não era apática aos acontecimentos, isto é, liam os jornais, comparavam versões, tinham suas próprias opiniões. O relatório inicia com a descrição do dia 26 e 27, quando os trabalhadores se reuniram em frente ao COMAP em greve geral contra o aumento da carne. No final do dia 27, o preço baixou, mas as carnes sumiram dos açougues. A incerteza da baixa do preço da carne se manteve até o dia 10 de agosto, quando aproximadamente 20 mil pessoas estavam mobilizadas na cidade (SAN SEGUNDO, 2009). A solução para o fim da greve, mais uma vez não foi o acordo ou diálogo, mas a violência. Conforme citação de jornal anexo ao documento citado, o Dr. Renato Souza, que falava em nome do estado, afirmou que a tabela de preços se manteria e que o Estado iria “varrer à bala qualquer manifestação que o povo pretendesse fazer no dia seguinte”. A greve foi mantida, vários manifestantes e líderes sindicais foram presos, fazendo a indignação entre os populares⁴.

O interdiscurso, por sua vez, é perceptível nos termos utilizados contra os comunistas. Sem uma análise do discurso anticomunista da época, eles podem soar sem sentido, não contendo as funções pejorativas que na época tinham. No quadro abaixo temos alguns exemplos:

Quadro 2. Termos utilizados

TERMOS UTILIZADOS	COMUNISTA DIRIGIDO
“Dirigente vermelho”	Dirigido para Alfredo Cassahy
“Professor oração nitidamente comunista”	Dirigido para Atháides Rodrigues
“Grande número de vermelhos”	Dirigidos para manifestantes da SUO
“Comunista Agitador”	Dirigido para Carlos de Lima Aveline ¹

Fonte: elaborado pelo autor, 2016.

³ SOPS RG 1.2.394.4.2.

⁴ SOPS RG 1.1_1.1.

Percebe-se que os anticomunistas davam ênfase à ideologia dos participantes e a cor que os representava, isto é, o vermelho. Definir quem era comunista garantia para quem deveriam ser investidas as acusações e aversões, haja vista que sempre havia a associação ao “imperialismo soviético, disseminador de agentes do mal pelo mundo todo” (RODEGHERO, 2003, p. 38). Sendo a Rússia, a pátria que tomaria para si a identidade do socialismo e dos trabalhadores (MOTTA, 2000), fez-se necessária identificar a ideologia, permitindo levar à tona uma crença tida como invisível, na qual se escondia atrás das “greves por melhores condições de vida, de congressos pela paz, de manifestações de caráter nacionalista, para ocupação de terras para efeito da reforma agrária e dos movimentos estudantis”. (RODEGHERO, 2003, p. 38).

O vermelho estava associado ao demônio, ideia amplamente divulgada pela Igreja Católica. De acordo com Rodeghero (2003), falava-se em demônio vermelho como identificação do comunismo. O comunismo, desde 1917, era um novo perigo que a Igreja enfrentava em sua história (RODEGHERO, 2003). Outro exemplo da influência da tradição cristã em Rio Grande eram as declarações de não pertencimento ao partido comunista. Entre a documentação consultada, mais de 30 documentos se referiam à desistência afirmando que o PCB era “contra os princípios cristão e democráticos”. Conforme Motta (2000), no discurso liberal, totalmente contrário ao PCB, há a afirmação que o comunismo é a antítese da liberdade e da democracia.

Outro exemplo de análise do interdiscurso no anticomunismo riograndino, são as memórias utilizadas como argumento para a repressão. Durante alguns anos, em todo o primeiro de maio era realizado um levantamento sobre as manifestações do dia. De um lado, havia a aproximação dos comunistas ao evento, de outro o receio da polícia de que novos acontecimentos ocorressem. A Superintendência de Ordem Política e Social publicou em 1956 o seguinte: “Duas informações do S.I: Um pequeno número de comunistas, chefiado por Carlos de Lima Aveline, compareceram ao cemitério Municipal, para ali prestarem homenagem aos mortos do conflito de 1º de maio de 1950”⁵.

A palavra “conflito” indica que a Superintendência não negava as mortes do dia, mas justificava que elas surgiram após a luta entre os dois pólos em questão. No mesmo documento, há a investigação dos anos de 1955 e 1957. Certamente os relatórios de outros anos se perderam ou estão em outras instituições de pesquisa, pois não se encontrou no AHRS, contudo pela padronização do documento, isto é, a relação dos palestrantes na SUO e os acontecimentos em outras instituições, como a CIA SWIFT e o levantamento sobre pichamentos, deixam a entender que era algo comum após 1950.

Como se trata de um anticomunismo estruturado pela memória, as complexidades de uma sociedade institucionalizada também se fariam presentes em Rio Grande. A presença de Edgar Buxbaum em comício organizado por Alfredo Cassahy em decorrência do acordo entre EUA e Brasil (1953), é bastante curiosa⁶. Buxbaum era um Praça do Exército, mas mesmo assim membro da Liga de Emancipação Nacional (LEN)²⁹, fechada em 1956 e decorrência do processo instaurado pela Cruzada Brasileira Anticomunista. Segundo Rodeghero (2002), a entidade foi criada pelo Almirante Carlos Penna Botto em 1952 e em 1955 foi uma grande contestadora da campanha do presidente Juscelino Kubistchek. O argumento era que o presidente se elegeu com o voto dos comunistas, assim sendo, não poderia ser legítimo, haja vista que o PCB estava na ilegalidade. Essa aproximação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o qual apoiava o candidato a vice-presidência João Goulart, poderia acontecer em âmbito nacional e estadual, mas não em Rio Grande. Conforme San Segundo (2009), o mesmo era opositor ao PCB e compartilhava o discurso anticomunista.

⁵ SOPS RG – 1.5.1.1.

⁶ SOPS RG – 1.2.392.4.2.

Nesse sentido, vemos que o mesmo órgão que se importava em relatar em seus documentos a presença de uma personalidade se perdia no seu discurso, pois apoiava o partido majoritário do município que em âmbito nacional estava mais próximo dos comunistas do que o contrário.

É nesse ponto que as condições de produções, tanto imediatas, quanto gerais, unem-se com o interdiscurso. O acontecimento faz parte de um relatório da SOPS sobre as ações do comunista Alfredo Cassahy e não possuem uma data definida, mas pelas descrições dadas, tudo leva a crer que é um documento posterior ao golpe de 1964. O documento inicia com um relatório sobre suas ações da Frente Popular pela Paz30 em 1951 e sua integração à Conferência Continental pela Paz e do Conselho Municipal pela Paz, todas organizações “exclusivamente comunistas”. Por último, o relatório com a presença de Buxbaum. Essas campanhas pela paz, organizadas pelos comunistas, foram feitas com a tentativa de frear a posse estadunidense de bombas atômicas, por isso era entendida com uma estratégia da URSS para barrar o avanço dos EUA no setor bélico (RIBEIRO, 2008). Os conceitos se unem, pois, trata-se de um documento de um momento posterior ao acontecido, isto é, um levantamento das ações de um comunista, assim como deixam claro a ideologia do grupo dominante e como ela se manifestou nos anos citados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como o anticomunismo se manifestou em Rio Grande não foi uma novidade em termos historiográficos, pois foi um retrato, em escala reduzida, do modo como se posicionavam certos segmentos sociopolíticos em relação às relações de trabalho. Com base na análise do discurso, pode-se concluir que o anticomunista em Rio Grande foi construído com base em acontecimentos de nível nacional e internacional, não se restringindo unicamente no Município. Com isso, os conflitos da Guerra Fria, a situação do PCB e as influências religiosas, fizeram com que a polícia absorvesse símbolos e códigos que permeavam e davam sentido à ação repressiva. Muito desse anticomunismo riograndino foi ampliado pela luta pela garantia do poder por parte do PTB, mas também foi uma política marcada pelo medo de uma reforma feita pelo movimento operário.

A metodologia utilizada contribuiu para responder aos problemas levantados. A análise do discurso foi o suficiente para entender o anticomunismo em Rio Grande pela concepção da cultura política, através do substrato filosófico, pois em nenhuma das manifestações feitas pelos movimentos operários nos anos citados, foi aberto o espaço para o diálogo ou para a livre manifestação das greves, ou seja, o Estado tomou para si uma forma de ver o mundo e através da violência tentou suprimir todas as demais. Deve-se entender que esta foi uma pesquisa inicial com base em apenas um fundo de pesquisa, podendo ser ampliada em análises posteriores em fundos de Polícia, Justiça, Jornais e utilizando a História Oral. A problemática pode ser ampliada, inserindo-se o período da experiência democrática e não apenas a década de 1950, para que assim se analise a conjuntura pré regime militar como um todo.

No fundo do SOPS, abrem-se outras possibilidades de pesquisa se o recorte temporal espacial for ampliado. Sobre o Regime Militar, por exemplo, pode-se pesquisar os inquéritos realizados pela seção com o intuito de investigar universidades e ação da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), pesquisa já realizada por Motta (2014). No mesmo fundo, há relação entre a comunidade dos Testemunhas de Jeová e da Assembleia de Deus com o Regime. Portanto, o acervo da Secretaria de Segurança Pública permite diversas pesquisas em diferentes campos temáticos.

REFERENCIAS

- BERSTEIN, S. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, R. *et al.* **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 29-46.
- BRAGA, K. *et al.* **Leonel Brizola: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS, 2004.
- BRANDÃO, G. M. **A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920 – 1964**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BROTTO, E. L. **Partido Comunista do Brasil no norte do Rio Grande do Sul – 1922-1948**. Passo Fundo: Méritos, 2011.
- CASTELANO, M. J. A proposta de reforma agrária do Partido Comunista Brasileiro (PCB) desenvolvida nas décadas de 1950 a 1960. **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, Londrina, 2005. Anais da ANPUH, 18, 2005, Londrina. Disponível em <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0714.pdf>>. Acesso em: 06 jul. 2016. p.1-8.
- FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho (1917-1964)**. 2000. 368 f. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo.
- ORLANDI, E. P. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. São Paulo: Pontes, 2005.
- RIBEIRO, Jayme Lucio. **Guerra e Paz: a trajetória do Partido Comunista do Brasil nos anos 50**. 2008. 306 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense.
- RODEGHERO, C. S. **O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)**. 2. ed. Passo Fundo: UPE, 2003.
- SAN SEGUNDO, Mario Augusto Correia. **Protesto operário, repressão policial e anticomunismo (Rio Grande 1949, 1950 e 1952)**. 2009. 223 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

FONTES DE PESQUISA

Acervo da Seção de Ordem Política e Social (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Secretaria de Segurança Pública) - SOPS RG - 1.-.1.1.1; SOPS RG - 1.2.383.4.2; SOPS RG - 1.2.392.4.2; SOPS RG – 1.5.1.1; SOPS RG - 3.1286.18.5; SOPS RG - 1.2.392.4.2.